

**HABEAS CORPUS Nº 534.680 - SP (2019/0282753-1)**

**RELATOR** : **MINISTRO NEFI CORDEIRO**  
**IMPETRANTE** : ANDRE GOMES DA SILVA E OUTRO  
**ADVOGADOS** : ÍCARO BATISTA NUNES - SP364125  
ANDRE GOMES DA SILVA - SP0416592  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : ANDERSON FERREIRA BRUNO (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de ANDERSON FERREIRA BRUNO em face de acórdão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO assim ementado (fl. 12):

APELAÇÃO CRIMINAL - ROUBO MAJORADO - Materialidade e autoria comprovadas - Conjunto probatório suficiente para alicerçar a condenação, ora mantida — Majorante demonstrada — Pena que não comporta alteração — Regime inicial fechado — Mantido - Negado provimento ao recurso.

Consta dos autos que o paciente foi condenado, como incurso no art. 157, § 2º, I, do Código Penal, à pena de 5 anos e 4 meses de reclusão, em regime inicial fechado, e ao pagamento de 10 dias-multa.

Interposto recurso de apelação pela defesa, o Tribunal de origem negou-lhe provimento.

Daí o presente *writ*, em que o impetrante sustenta, em síntese, a ausência de fundamentação idônea para fixar o regime inicial de cumprimento de pena mais gravoso que o legalmente previsto.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem para que o paciente inicie o cumprimento da pena em regime semiaberto.

Indeferida a liminar e, prestadas as informações, manifestou-se o Ministério Público Federal pela prejudicialidade do *writ*.

É o relatório.

DECIDO.

Conforme relatado, o impetrante sustenta, em síntese, a ausência de fundamentação idônea para fixar o regime inicial de cumprimento de pena mais gravoso que o legalmente previsto.

O Tribunal de origem manteve o regime fechado utilizando os seguintes fundamentos para tanto (fls. 21-22):

Com relação ao regime inicial de cumprimento de pena, o magistrado de origem estabeleceu o fechado, sendo incabível regime mais brando.

As peculiaridades vislumbradas no presente caso demonstram a efetiva

necessidade de tratamento mais severo do que a almejada imposição de regime mais brando. Não se trata, aqui, de se considerar meramente a gravidade abstrata do delito, mas a circunstância de, por ocasião da prática do crime, o ofendido ter sofrido genuíno e mais intenso temor de sofrer mal injusto e grave, tendo reduzida, em maior grau, sua capacidade de resistência. **Deveras, a grave ameaça foi exercida, como visto, com arma de fogo, instrumento de manifesto poder letal, sendo que foi o réu quem propiciou insto, porquanto a forneceu ao executor. Logo, sua conduta é das mais reprováveis e se mostra necessário que o regime prisional represente resposta proporcional.**

A análise individualizada das peculiaridades do caso e da conduta do apicante corrobora o entendimento de que, realmente, o regime prisional inicial não pode ser mais brando, para que a penalidade tenha contornos mínimos de suficiência em face da situação concreta.

Destarte, como o princípio da suficiência da pena faz com que ela, inclusive quanto ao seu modo de execução (regime prisional), deva ser de molde a afastar qualquer sensação de impunidade e inibir, efetivamente, a reiteração delitiva, verifica-se não ser possível cogitar, *in casu*, de regime mais brando.

[...].

Como se vê, o regime mais gravoso foi fixado tão somente com base na majorante do crime de roubo praticado com emprego de arma de fogo.

Sendo a pena-base fixada no mínimo legal e restando definitivamente estabelecida em patamar inferior a oito anos, a definição de regime penal mais gravoso exigiria concreta motivação, a tanto não servindo argumentos de gravidade abstrata do delito, a presença de majorantes ou dos genéricos efeitos sociais da criminalidade:

Súmula 440: "Fixada a pena-base no mínimo legal, é vedado o estabelecimento de regime prisional mais gravoso do que o cabível em razão da sanção imposta, com base apenas na gravidade abstrata do delito".

Súmula 718/STF: "A opinião do julgador sobre a gravidade em abstrato do crime não constitui motivação idônea para a imposição de regime mais severo do que o permitido segundo a pena aplicada".

Súmula 719/STF: A imposição do regime de cumprimento mais severo do que a pena aplicada permitir exige motivação idônea".

Dessa maneira, nota-se que nenhuma motivação pelo crime concretizado (roubo majorado pelo emprego de arma de fogo) foi aduzida no acórdão atacado para fixar o regime mais severo, o que torna certa a ausência de fundamentos válidos para a imposição de regime mais gravoso.

Não se tendo no tema, com a clara motivação deficiente, divergência na

# *Superior Tribunal de Justiça*

Sexta Turma do Tribunal, reconheço a ilegalidade argüida.

Ante o exposto, concedo o *habeas corpus* para determinar que o paciente cumpra a pena em regime semiaberto.

Comunique-se.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 27 de novembro de 2019.

MINISTRO NEFI CORDEIRO  
Relator